

Kagame manda seu conselheiro sénior de defesa e segurança para averiguar a situação em Cabo Delgado

- O general James Kabarebe esteve em Mocímboa da Praia na sexta-feira (23 de Junho), onde foi recebido pelo major general Eugene Nkubito, comandante das tropas ruandesas posicionadas em Cabo Delgado. A visita do conselheiro sénior de defesa e segurança de Paul Kagame aconteceu dias depois de o Presidente do Ruanda ter anunciado a troca de comandos em Cabo Delgado: o general Eugene Nkubito deverá regressar a Ruanda para comandar a 3ª Divisão e, como seu substituto, foi nomeado o major general Alex Kagame. O apelido (Kagame) pode uma simples coincidência com o nome do Presidente do Ruanda, mas o facto é que as tropas ruandesas em Cabo Delgado serão comandadas por um Kagame, num momento crítico em que se ensaia a retirada das forças de defesa e segurança moçambicanas posicionadas em Afungi, palco dos projectos bilionários de gás natural da Bacia do Rovuma.



Paul Kagame mandou o seu conselheiro sénior de defesa e segurança (general James Kabarebe) para visitar as tropas ruandesas posicionadas em Cabo Delgado. Na vila de Mocímboa da Praia, onde estão posicionados parte dos 2.500 militares e polícias ruandeses, o conselheiro sénior de Defesa e Segurança de Paul Kagame foi recebido pelo major general Eugene Nkubito, de quem recebeu explicações sobre os progressos alcançados nas operações contra o extremismo violento em Cabo Delgado. O general James Kabarebe transmitiu uma mensagem do Presidente do Ruanda de reconhecimento do empenho e dedicação das tropas ruandesas posicionadas em Cabo Delgado, encorajando-os a continuarem firmes na luta contra o extremismo violento.

A visita do conselheiro sénior de Defesa e Segurança de Paul Kagame acontece três semanas do Presidente do Ruanda operar mudanças profundas nas Forças Armadas do Ruanda, trocando desde ministro da Defesa a chefes de Estado-Maior e comandantes, incluindo aqueles que dirigem as operações em Cabo Delgado. Assim, Paul Kagame nomeou o major general Alex Kagame para comandar as forças ruandesas em Cabo Delgado, em substituição do major general Eugene Nkubito, que ocupa a posição desde Agosto de 2022. Na verdade, os dois majores generais vão trocar de posição, uma vez que Eugene Nkubito volta para comandar a 3ª Divisão no Ruanda, até então liderada por Alex Kagame. Paul Kagame nomeou ainda o coronel Bahizi Theodomir para comandante das operações de combate do Exército ruandês em Moçambique.

Mas tudo indica que as mudanças anunciadas no início do mês não se efectivaram, pelo menos em Cabo Delgado. O major general Eugene Nkubito continua a comandar as tropas ruandesas que desde Julho de 2021 combatem contra os extremistas violentos. Aliás, o conselheiro sénior de Defesa e Segurança de Paul Kagame foi recebido pelo major general Eugene Nkubito em Mocímboa da Praia, um dos dois distritos (outro é Palma, futura capital dos projectos de LNG) literalmente controladas pelas forças de defesa e segurança do Ruanda.

As movimentações do regime do Kigali (nomeação de novos comandantes para Cabo Delgado e envio do conselheiro sénior de defesa e segurança) surgem semanas depois do anúncio da retirada dos cerca de 600 militares moçambicanos de Afungi, uma das principais recomendações deixadas pelo consultor Jean-Christophe Rufin, no seu relatório sobre a situação socioeconómica, humanitária e dos direitos humanos nos distritos de Palma e Mocímboa da Praia, encomendado pela TotalEnergies, líder do consórcio que explora a Área 1 da Bacia do Rovuma e operador do projecto Mozambique LNG.

O relatório divulgado em Maio último faz



notar que o destacamento das tropas ruandesas em Afungi “redireccionou e reduziu o papel das forças moçambicanas e restaurou melhores condições de segurança”. Por sua vez, a TotalEnergies informou, através de um comunicado divulgado no dia 23 de Maio, que já estava em negociações com o Governo com vista à revisão do memorando de entendimento assinado em 2020 e que rege as relações entre o projecto Mozambique LNG e as FADM.

No fundo, a retirada das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) de Afungi visa dar lugar à implantação das tropas ruandesas como as responsáveis pela segurança dos projectos de LNG em Palma. Trata-se de uma operação que levanta questões de soberania, desde logo porque a recomendação de retirada das FADM de Afungi vem de uma empresa multinacional e não necessariamente do Estado moçambicano. A presença de tropas ruandesas em Afungi será financiada pelo projecto Mozambique LNG, com agravante de transformar a zona dos projectos de gás natural em uma espécie de um pequeno

Estado dentro do Estado moçambicano. Os termos contratuais que vão gerir a relação entre o projecto Mozambique LNG e as tropas ruandesas não são do domínio público.

A Defesa Nacional e as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) têm o seu regime jurídico especial previsto na Lei n.º 12/2019, de 23 de Setembro, que aprova a Política de Defesa e Segurança (e revogou a Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro) e na Lei no 18/2019, de 24 de Setembro, Lei da Defesa Nacional e das FADM. No seu artigo 5, a Lei n.º 12/2019, de 23 de Setembro, que aprova a Política de Defesa e Segurança, estabelece que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) são constituídas pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM); Polícia da República de Moçambique (PRM); e Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE).

Já no artigo 7, a mesma lei define a Defesa Nacional como “a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos que visa defender a independência e a unidade nacional, preservar a paz, a soberania, a integridade e a inviolabilidade do País, garantir o funciona-

mento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão”.

Entretanto, no artigo 8, a Lei n.º 12/2019, de 23 de Setembro, estabelece que a componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e a não militar pelos demais órgãos do Estado. A mesma lei atribui às Forças Armadas a missão de assegurar a defesa militar contra quaisquer ameaças ou agressões externas, incluindo o terrorismo ou extremismo violento.

E um dos objectivos fundamentais da Política de Defesa e Segurança é defender o património e os interesses vitais e estratégicos nacionais. Ora, não há dúvidas de que os projectos de LNG da bacia do Rovuma são interesses vitais e estratégicos que merecem a protecção por parte das FDS, sobretudo num contexto em que Cabo Delgado regista ataques dos extremistas violentos. Por tanto, a retirada das FADM de Afungi põe em causa a Política de Defesa Nacional e a soberania nacional.



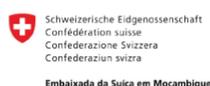
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Emídio Beúla
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



UNIÃO EUROPEIA

